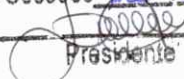
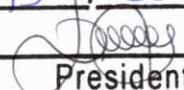


Aprovado em Única discussões
por: Unanimidade
Sala das Sessões 12/03/25

Presidente



Encaminhado para Sanção

EM: 13 / 03 / 25


Presidente

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍ
Casa José Paulo de França

PROJETO DE LEI Nº 09 /2024

INSTITUI O PROGRAMA “QUEM CUIDA MERECE CUIDADOS”, VISANDO PROMOVER AÇÕES DE ORIENTAÇÃO E ATENÇÃO ÀS MÃES E FAMÍLIAS ATÍPICAS NO MUNICÍPIO DE MARÍ, E ESTABELECE A SEMANA DA MATERNIDADE ATÍPICA.

Art. 1º Esta lei dispõe sobre medidas para reconhecimento e conscientização sobre as condições peculiares das famílias atípicas, bem como para a promoção de ações de orientação e atendimento a essas famílias, incluindo a oferta de atendimento psicossocial prioritário.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, considera-se mãe ou familiar atípico aquele responsável pela criação de filhos que necessitam de cuidados específicos para pessoas com deficiência, síndromes e doenças raras, transtornos como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Down, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dentre outros.

Art. 2º Fica instituído o programa municipal “Quem Cuida Merece Cuidados”, com a finalidade de oferecer às mães e familiares atípicos, orientação psicossocial e apoio por meio de serviços de acompanhamento psicológico e terapêutico, com atenção à saúde integral, e através da difusão de informações e oferta de formação para fins de fortalecimento e de valorização dessas pessoas na sociedade.

Art. 3º Constituem objetivos do programa ““Quem Cuida Merece Cuidados””:

I - Elevar e melhorar a qualidade de vida das mães e familiares de que trata esta lei, considerando as suas dimensões emocionais, físicas, culturais, sociais e familiares;

II - Promover o apoio, orientação e disponibilidade para o acesso prioritário das mães e familiares atípicos aos serviços psicológicos, terapêuticos e assistenciais;

III - Estimular a ampliação de políticas públicas adequadas na Rede de Atenção Primária de Saúde, com vistas a manter um atendimento eficaz e de qualidade, para preservar a integridade da saúde mental dos cuidadores;

IV - Desenvolver ações de bem-estar e de autocuidado como rotina, com vistas a prevenir e/ou reduzir sintomas de transtornos psíquicos, como ansiedade, depressão e outras doenças e transtornos comuns a esta condição;

V - Promover o desenvolvimento de competências socioeconômicas, por meio de ações que façam as mães e familiares atípicos sentirem-se valorizados sem comprometer os cuidados despendidos a seus filhos;





ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍ
Casa José Paulo de França

VI - Desenvolver ações complementares de suporte para os filhos, quando os pais e/ou cuidadores tiverem que realizar consultas, exames, terapias, encontros ou participar de outras atividades no convívio social, melhorando sua qualidade de vida;

VII - Estimular os demais membros da família quanto ao cuidado e proteção, visando aumentar o nível de bem-estar e melhorar a função e as interações familiares;

VIII - Promover intervenção dos profissionais da saúde, educação, assistência social e assistência jurídica, no que diz respeito a compreender as necessidades das mães e familiares atípicos, e prover informações e indicar serviços de uma maneira coordenada visando produzir resultados positivos na família.

Art. 4º Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no artigo 3º, o Programa deve observar as seguintes ações, dentre outras que se compatibilizarem com os objetivos almejados:

I - Apoio pós-parto às mães destinatárias desta lei, com as seguintes medidas:

a) acolhimento e inclusão no pós-parto;

b) esclarecimentos imediatos após o nascimento e orientações necessárias sobre a condição da criança e suas especificidades;

II - Informações educacionais à sociedade a respeito das principais questões envolvidas na convivência e trato com as crianças, adolescentes e adultos sob tutela de mães, pais e cuidadores atípicos;

III - Promover a interação entre profissionais da saúde, educação e familiares, com vistas à melhoria da qualidade de vida da condição da criança, adolescente e adulto sob tutela de mães, pais e cuidadores atípicos;

IV - Implantação de ações que integrem os pais, mães e cuidadores atípicos com os educadores, profissionais das áreas da assistência social e da saúde, e familiares;

V - Oferecer oportunidade de vivência prática dos pais e/ou cuidadores matriculados na rede pública de ensino no acompanhamento do desenvolvimento educacional de seus filhos;

VI - Fomentar a participação das mães e familiares atípicos em ações de formação de pessoal, qualificação profissional e de reinserção no mercado de trabalho, por meio de ações intersetoriais entre os órgãos públicos e em parceria com organizações da sociedade civil e com empresas;

VII - Aplicar estratégias de intervenção para o fortalecimento do vínculo das mães e familiares em programas com a rede socioassistencial e para o acesso às políticas setoriais voltadas aos cuidadores;

VIII - Veiculação de campanhas de comunicação social que visem conscientizar a sociedade e dar visibilidade às políticas públicas instituídas por esta lei.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍ
Casa José Paulo de França

Art. 5º Fica instituída a Semana da Maternidade e Paternidade Atípica, a ser realizada anualmente, na 1ª (primeira) semana do mês de maio.

Art. 6º Na Semana da Maternidade e Paternidade Atípica deverão ser realizadas ações destinadas à promoção e valorização das mães, pais e cuidadores atípicos, com os seguintes objetivos:

I – Estimular políticas públicas em prol das pessoas que experimentam a maternidade e paternidade atípica, sobretudo políticas em saúde mental;

II – Incentivar a realização de debates, audiências públicas, reuniões intersetoriais, seminários, encontros e rodas de conversa sobre a maternidade e paternidade atípica;

III – Propiciar espaços para informar e sensibilizar a sociedade sobre as dificuldades enfrentadas na maternidade e paternidade atípica;

IV – Fomentar a realização de concursos, oficinas temáticas, cursos e afins que promovam os pais, mães e cuidadores atípicos;

V – Fomentar a realização de palestras com pais, mães e cuidadores atípicos em escolas, unidades de saúde e outros espaços coletivos, para que as demandas sociais desses cuidadores sejam conhecidas e debatidas pela sociedade;

VI – Divulgar as doenças emocionais que podem surgir em decorrência da maternidade e paternidade atípica, conscientizando e incentivando os cuidadores atípicos ao autocuidado;

VII – Promover outras iniciativas que visem à promoção, à valorização e ao apoio dos pais, mães e cuidadores atípicos na sociedade.

Art. 7º As mães e familiares que se dedicam integralmente ao cuidado de filhos com transtorno do espectro autista e filhos com deficiência receberão prioridade para atendimento psicossocial na rede do Sistema Único de Saúde no âmbito deste Município.

Art. 8º Os projetos e ações decorrentes do cumprimento desta lei serão amplamente divulgados, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade e o efetivo alcance do público-alvo.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍ-PB, EM 05 DE MARÇO DE 2025.

VÂNIA SILVA DE SOUZA
Vereadora



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍ
Casa José Paulo de França

PROJETO DE LEI Nº 09/2024

INSTITUI O PROGRAMA “QUEM CUIDA MERECE CUIDADOS”, VISANDO PROMOVER AÇÕES DE ORIENTAÇÃO E ATENÇÃO ÀS MÃES E FAMÍLIAS ATÍPICAS NO MUNICÍPIO DE MARÍ, E ESTABELECE A SEMANA DA MATERNIDADE ATÍPICA.

JUSTIFICATIVA

Excelentíssima Sra. Presidente,

JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem como finalidade instituir o Programa “**Quem Cuida Merece Cuidados**”, com o objetivo de reconhecer e apoiar mães e familiares atípicos no município de Marí-PB. Esta iniciativa está alinhada ao esforço nacional de valorização dessas famílias, conforme demonstrado pela aprovação, em 2024, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei das Deputadas Cristiane Lopes e Greyce Elias, que cria a **Semana Nacional da Maternidade Atípica**. Além disso, no estado da Paraíba, o Governador João Azevedo sancionou a **Lei nº 13.030/2024**, de autoria do Deputado Chió, estabelecendo a mesma celebração em âmbito estadual.

A importância desta lei reside no reconhecimento das particularidades e desafios enfrentados por mães e familiares que cuidam de crianças, adolescentes e adultos com deficiência, transtornos ou doenças raras. Esses cuidadores frequentemente enfrentam sobrecarga emocional, dificuldades no acesso a serviços de saúde mental e exclusão do mercado de trabalho. Assim, o Programa “**Quem Cuida Merece Cuidados**” busca fornecer suporte psicossocial, criar redes de apoio e promover ações que garantam melhor qualidade de vida a essas pessoas.

Entre os benefícios da iniciativa, destacam-se:

Apoio psicossocial e terapêutico, essencial para prevenir transtornos como ansiedade e depressão entre cuidadores;

Promoção de inclusão social e profissional, garantindo formação e qualificação para mães e familiares atípicos;

Conscientização da sociedade, por meio de campanhas educativas que deem visibilidade à maternidade e paternidade atípica;

Estabelecimento da Semana da Maternidade e Paternidade Atípica, com ações de valorização e promoção de direitos.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍ
Casa José Paulo de França

A criação desse programa fortalece as políticas públicas municipais e complementa as legislações federal e estadual já existentes. Trata-se de um compromisso com a inclusão, dignidade e bem-estar das famílias atípicas, garantindo que elas tenham o suporte necessário para enfrentar os desafios do cotidiano.

Diante da relevância desta iniciativa para a população de Marí, contamos com o apoio desta Casa Legislativa para a aprovação do presente Projeto de Lei.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍ-PB, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

VÂNIA SILVA DE SOUZA
Vereadora